SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Instituto Telecom

Berzoini diz que ainda não há proposta consistente para taxar conteúdo de Internet

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, disse nesta terça-feira, 4, que a taxação de empresas de conteúdo da Internet é um debate internacional e que, até o momento, não existe uma proposta consistente para que se aplique em outros países e no Brasil. "A relação entre o uso da rede e aqueles que lucram com a rede, é um debate que não se resolve, em minha opinião, em um único país e terá que ser feito a partir de uma discussão internacional sobre como equilibrar o papel do investimento em infraestrutura e o papel daqueles que lucram com o conteúdo e que usam muitas vezes a rede sem investir praticamente nada em disponibilização de capacidade", avalia.

Berzoini disse que a realidade atual no País são os tributos que já se cobram sobre comunicação e que muitas vezes são criticados por serem considerados muito elevados. "É preciso tomar cuidado para não se criar uma discussão prematura sobre algo que ainda não está suficientemente definido", disse.

A declaração de Berzoini confronta o que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, falou na semana passada, de que estaria estudando uma forma de tributar as OTTs e serviços de Internet. "O ministro da Fazenda tem tido um papel extraordinariamente positivo no governo, ajudado em todos os debates, evidentemente deve ter suas reflexões sobre esse assunto e quando tiver uma proposta ele vai apresentar para o governo, inclusive para mim. Eu não tenho problema de diálogo com nenhum ministro e, portanto não há razão para se imaginar que haja tensão entre os ministérios por causa disso", pontuou.

Fistel

Sobre a correção do Fistel pelo IPCA, Berzoini afirmou que a área econômica ficou de analisar a questão com profundidade e que ainda não há novidade sobre o assunto. "Ninguém me provocou para tratar do assunto, a última conversa que eu tive com a área econômica eu disse que o Ministério das Comunicações, por razões óbvias, deveria se manifestar de maneira decisiva sobre a matéria", ressaltou.

Na semana retrasada, o governo autorizou a correção monetária de 11 taxas, a maioria de fiscalização cobrada por agências reguladoras. O Fistel, entretanto, ficou de fora. O governo estuda a atualização da taxa de fiscalização das telecomunicações em até 189%. As operadoras ressaltam que o reajuste afastará investimentos e pode resultar na redução de 40% da base de assinantes da telefonia móvel pré-paga.

Orçamento

Em relação ao corte recente do orçamento, que tirou mais 26% dos recursos de investimentos do Ministério das Comunicações, Berzoini disse que não deve atrapalhar o lançamento do programa Banda Larga para Todos, que prevê levar a fibra ótica para 90% dos municípios. "O governo precisa fazer um esforço para conduzir a política fiscal deste ano e nós, evidentemente, continuamos brigando pelo nosso espaço dentro do orçamento, mas compreendendo que a tarefa da área econômica é bastante exigente e nós precisamos colaborar com ela", disse.

O ministro ressaltou, entretanto, que o programa Banda Larga para Todos não terá problema de ser lançado este ano, até porque o impacto no orçamento para 2015 seria muito pequeno. "Na verdade, nós estamos discutindo com o Planejamento sobre os orçamentos de 2016, 2017 e 2018 quando de fato o programa teria um impacto orçamentário maior. Até 2016, o impacto não seria tão grande assim, mas sim em 2017 e 2018, especialmente com os leilões reversos e com a compensação do Fistel que teria de ser feita, se os leilões tiverem o sucesso que a gente espera", afirmou.

Berzoini disse ainda que a nova fase da operação Lava Jato não interferirá no cotidiano do governo. "Isso não abala a imagem do governo porque de forma alguma se buscou impedir, restringir ou constranger qualquer tipo de manifestação. Ao contrário, sempre se manifestou publicamente seu apoio a todo tipo de investigação", completou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/08/2015 - Instituto Telecom

Regular OTTs não é o melhor o caminho para a competição, diz Anatel

Na discussão da regulação das empresas over-the-top (OTT), em vez de promover mais regras para esses novos entrantes, uma saída pode ser a desregulação de alguns aspectos dos setores de telecom e audiovisual. Na opinião pessoal do superintendente de competição da Anatel, Carlos Baigorri, a ideia de instaurar regras é corrigir falhas de mercado, mas, às vezes, a correção de pequenas falhas pode ter um custo até maior. "Do ponto de vista econômico, acabando as barreiras de entrada, acaba com a justificativa para regular", disse ele após palestra inicial do primeiro dia do Congresso e Feira ABTA 2015 nesta terça-feira, 4, em São Paulo.

"As pessoas falam que OTT não tem regra de estação, não paga Fistel etc. Não me parece fazer sentido isso. Em vez de colocar regulação para todo mundo, tem que desregular quando não precisa", declarou Baigorri ainda durante apresentação.

Na visão dele, a tecnologia pode resolver problemas e também trazer mais competição. Ele cita o caso do envio de mensagens SMS, que hoje "quase ninguém mais usa e, por conta da inovação (de concorrentes OTT como WhatsApp e Viber), não faz mais sentido ter indicadores de qualidade". Da mesma forma, ele compara com a regulação de indicadores do serviço de voz, que eventualmente sofre concorrência também com serviços via IP.

Também o setor de TV paga teria essa mesma desregulação, que Baigorri declara ser ao menos em "alguns pontos", como a obrigatoriedade de carregar canais. "Talvez obrigações como o must-carry não tenham que existir para o Netflix, que sequer tem canais. Talvez não faça sentido regular o Netflix, mas sim acabar (com a regra) na TV paga", declara.

Segundo ele, isso é um cenário possível na Anatel. Atualmente, a agenda regulatória está em consulta pública, e há proposta de revisão geral do regulamento de qualidade. A ideia é que nos próximos dois anos esses aspectos, como indicadores para serviços de voz e mensagens, seja revisado.

04/08/2015 - Telesíntese

Presidente da América Móvil acha que a crise é passageira e grupo mantém investimentos

O presidente do grupo América Móvil, José Félix, que recentemente foi conduzido ao cargo, mantém o estilo provocador ao ser indagado sobre os concorrentes do mercado brasileiro: "pensei que a GVT tivesse comprado a Vivo", responde ele a um jornalista. "Assim como vocês, já ouvi de tudo sobre a AT&T no Brasil", dispara em outra pergunta. Mas para ele, a meta está traçada: o grupo vai investir o necessário (prefere não dizer que houve uma queda de investimentos), mais ou menos a média dos recursos anuais (cerca de R$ 6 a R$ 8 bi,sem aquisição de frequências). Neste" mais ou menos", vai priorizar a rentabilidade. Isto significa, por exemplo, explica, que a Claro TV, que oferece DTH via satélite, vai mirar a população das classe C e D e a NET com sua rede de cabo HFC vai chegar nas residências de mais alto poder aquisitivo. Mas está certo de que, mesmo com as dificuldades econômicas por que passa o país, a crise gera boas oportunidades.

José Félix, em coletiva hoje, 4, afirmou à imprensa, na abertura da ABTA, que o posicionamento do grupo não muda em relação à rede fixa. A NET vai continuar a investir na rede HFC e não vai levar fibra óptica até a casa das pessoas, porque os investimentos não justificam. "A nossa rede já consegue oferecer até 500 Mega no cabo coaxial. Quem tem uma rede ultrapassada, com XDSL, é que precisa levar a fibra até as residências", completa.

O executivo assinala que o grupo está lançando em breve, com o novo satélite C4 da Embratel, mais 20 canais em HD,e que as desconexões que estão ocorrendo no setor (segundo a ABTA não haverá crescimento de market share este ano) são da população de mais baixa renda. "Quem ganha 600 reais por mês não pode ter TV por assinatura", lamenta.

Mas ele se diz otimista com o mercado brasileiro de telecom. "Não sou um alienado, percebo as dificuldades, mas acredito que a crise gera boas oportunidades e não vamos pisar no freio dos investimentos", completa.

Ele observa por exemplo, que os números de TV por assinatura devem ser relativizados. Lembra que se houve 5,4% de desconexão em junho, foi menor em relação a junho de 2014, quando a desconexão foi de 5,7%. Completou que a empresa tem que ser mais cautelosa na análise do Capex, fazer expansões que se justificam.

Félix preferiu não se manifestar sobre o novo leilão de frequências da Anatel, previsto para outubro deste ano. Prefere ver o edital na praça para analisar se o grupo vai ou não participar dele.

05/08/2015 - Adital

A terceirização sempre ocorre em detrimento dos trabalhadores

A alta flexibilização proporcionada pelo PLC [Projeto de Lei Complementar] 30 (antes PL 4.330) é tida como altamente danosa aos direitos consagrados pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho].

Na semana em que o Congresso Nacional retoma suas atividades, há uma pauta repleta de assuntos fundamentais em trâmite. Aliando isso a um cenário político instável, o resultado pode ser o trâmite de projetos sem o devido debate e a revelia de setores diretamente interessados.

Dentre as matérias de grande impacto na população, o PL [Projeto de Lei] 4.330, agora PLC 30, propõe estender a terceirização para a atividade-fim e parte do setor público, constituindo uma controvérsia significativa que tem mobilizado a sociedade civil, entidades sindicais e movimentos sociais de uma forma poucas vezes vista.

A imprensa tradicional reproduz, quase sempre, a visão do empresariado, alegando que terceirizar aumenta a eficiência, a especialização e a quantidade de postos de trabalho. A fim de contrapor esta versão com a do trabalho, o Blog dos Desenvolvimentistas entrevistou Patrícia Pelatieri, economista e coordenadora executiva do Dieese [Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos]. Patrícia afirma que, por trás do discurso de especialização, temos a indústria recorrendo à terceirização para reduzir custos em 91% dos casos; lembra que os terceirizados recebem em média 25% menos que os diretamente contratados e estão mais expostos a acidentes. Sustenta ainda que, ao contrário do que dizem os congressistas, o teor do projeto atual abre uma brecha para a terceirização da atividade-fim nas empresas públicas e sociedades de economia mista, como a CEF [Caixa Econômica Federal] e a Petrobras.

Confira a íntegra da entrevista.

No que consiste, exatamente, a proposta do PL 4.330, hoje, PLC 30? A quantas anda o trâmite do projeto no Senado?

O PL 4.330, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal como PLC 30, de 2015, amplia a possibilidade de terceirização para todos os setores e atividades das empresas, podendo chegar ao limite das empresas se tornarem apenas um CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica], sem um único trabalhador ou trabalhadora contratado(a) diretamente.

O projeto deverá percorrer cinco comissões no Senado e depois ir a Plenário, sendo a 1º a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, a 2º a Comissão de Assuntos Econômicos, a 3º Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a 4º Comissões de Assuntos Sociais, a 5º a Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação. Em todas as Comissões, o relator pode alterar integralmente a matéria, com voto pela aprovação ou rejeição. Assim como no plenário. No plenário, ainda pode haver destaques para modificação do texto base aprovado.

Atualmente, de que forma é regulada a terceirização no Brasil? Que propostas o Dieese apoia para uma eventual lei da terceirização?

Atualmente, a terceirização é regulada através da Súmula 331 de 1994, que proíbe a terceirização em atividade-fim, mas permite naquelas que são previstas em lei, como asseio, limpeza e vigilância, e as atividades consideradas meio ou não essenciais para a empresa. Quando se identifica a presença de prestação de serviços em atividades fins, nestes casos, as empresas que praticam a terceirização, de forma ilegal, são condenadas a pagarem vultosas multas e obrigadas a reconhecerem os vínculos empregatícios com a tomadora, há milhares de processos na Justiça do Trabalho nesse sentido. O Dieese assessorou as centrais sindicais na construção de um projeto de consenso para a regulamentação da terceirização. Este projeto está com o Ministério do Trabalho e tem como premissas básicas: a responsabilidade solidária do tomador de serviços; a proibição da terceirização na atividade-fim; o direito de informação do sindicato da categoria; condições de trabalho iguais para todos os trabalhadores e proibição da quarteirização.

Quais são os efeitos da terceirização sobre o trabalho? Qual a situação dos terceirizados, atualmente?

A terceirização no Brasil sempre significou a precarização das condições de trabalho e o rebaixamento dos salários. Isto pode ser entendido quando, segundo uma pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a principal motivação para 91% das empresas que terceirizam parte de seus processos é a redução de custo e apenas 2% devido à especialização técnica. Como isso pode ocorrer, senão em detrimento dos direitos, remuneração e condições de saúde e segurança dos trabalhadores?

As empresas terceirizadas têm as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. A terceirização está diretamente relacionada com a precarização do trabalho. Destacar os setores mais precarizados no país é destacar os setores que comumente exercem atividades terceirizadas no Brasil.

O Dossiê "Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha", da CUT [Central Única dos Trabalhadores], traz diversos exemplos das condições desiguais dos trabalhadores terceirizados no país. Os setores tipicamente de trabalhadores terceirizados concentram uma remuneração de até dois salários-mínimos, os trabalhadores recebem, em média, 25% menos do que nos setores tipicamente contratantes.

Trabalham, em media, três horas semanais a mais, permanecem menos tempo no posto de trabalho (metade do tempo que permanece o trabalhador diretamente contratado), sofrem mais acidentes de trabalho e acidentes fatais.

Leia mais em:
http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85985

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Vermelho

Dilma: "O programa Mais Médicos engrandece meu mandato"

Durante evento no Palácio do Planalto em comemoração aos dois anos do Programa Mais Médicos, nesta terça-feira (4), a presidenta Dilma Rousseff afirmou que o programa engrandece o seu governo. Durante o evento foi anunciada a criação de mais 3 mil bolsas de residência médica no país, sendo que 75% dessas vagas são para ampliar a formação de médicos especialistas em medicina geral de família e comunidade.

Dilma ao lado de médicos durante cerimônia de celebração de 2 anos do programaDilma ao lado de médicos durante cerimônia de celebração de 2 anos do programa "O programa Mais Médicos engrandece meu mandato. Fico realizada em saber que vocês 24 horas por dia, estão presentes nos municípios do país. Agradeço pelo horário que vocês cumprem, mas pela generosa acolhida que vocês dão a quem precisa", disse a presidenta se dirigindo aos médicos do programa presentes na cerimônia.

Em dois anos de funcionamento, o programa levou 18.240 médicos a 4.058 municípios e 34 Distritos Especiais Indígenas, beneficiando 63 milhões de brasileiros.

Muito aplaudida, Dilma fez questão de fazer um agradecimento especial aos médicos de Cuba, que foram alvo de agressões de setores da direita e de pequena parte da classe médica.

Reconhecimento aos cubanos

"Tenho obrigação de me referir a um país. Tenho obrigação de me referir à participação de médicos cubanos, que deram mostra, junto com o governo cubano, de solidariedade, profissionalismo, atendimento absolutamente humanizado. E quero agradecê-los e dizer que vocês [médicos cubanos] estreitaram as relações entre o Brasil e Cuba. Vocês são responsáveis por uma relação que hoje não está concentrada, está distribuída por todo o território nacional", salientou Dilma, destacando que em cada um dos municípios em que eles estão seguramente eles têm amigos e pessoas agradecidas pelo trabalho destes profissionais.

Ela salientou que a adesão dos médicos brasileiros tem sido crescente. "Continuamos defendendo médicos formados no exterior para garantir o atendimento. No entanto, o engajamento dos médicos brasileiros vem sendo crescente. Na seleção que fizemos este ano, todas as vagas foram preenchidas por brasileiros. Isso é algo a comemorar, porque mostra efeito extremamente positivo do Mais Médicos", disse.

Críticas infundadas

Dilma lembrou que a implantação do programa não foi tarefa fácil. "Logo depois que anunciamos o programa e começaram as críticas, nós recebemos muitos pedidos para que interrompêssemos o programa, porque diziam que nós ficaríamos muito mal com os médicos. Como poderíamos ficar mal com os médicos se o programa era Mais Médicos?", indagou a presidenta, destacando que, apesar da reação da classe médica, os prefeitos saudaram e apoiaram a inciativa. "Ao mesmo tempo em que críticas eram um tanto quanto extremadas, eu tenho de destacar que por parte dos prefeitos e de outros setores, houve também elogios com muita intensidade", declarou.

Segundo ela, havia naquele período um desconhecimento básico do objetivo que foi sendo esclarecido com a implantação programa que, de acordo com ela, "representa uma revolução na saúde pública do Brasil".

Dilma destacou que o objetivo não era apenas o de assegurar médicos em quantidade suficiente para atender a população no interior o Brasil. "Faltavam médicos em São Paulo, no Rio de Janeiro e em todas as capitais. Não faltavam médicos apenas nos mais distantes rincões do país", destacou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Estudante de medicina

Um momento emocionantes da cerimônia foi o depoimento da estudante Ana Luiza de Lima, que cursa medicina em Caicó, no Rio Grande do Norte. Ana afirmou que "fazer medicina sempre foi meu sonho, mas era um sonho distante", pelo fato de morar no interior e uma região carente do estado.

Segundo ela, a distância desse sonho ficou menor com a implantação pelo governo federal de uma escola de medicina "em pleno sertão nordestino". "O processo de interiorização levou os olhos da sociedade para áreas remotas e mais do que isso, deu voz aos sertanejos, ribeirinhos e indígenas", disse ela.

"Nesses momento me vem à memória o discurso que fez, presidenta Dilma, quando foi eleita. Disse que os pais podiam olhar nos olhos de suas filhas e dizer que elas também podiam ocupar o cargo mais importante do Brasil. Pois agora peço licença para reconstruir a sua afirmação dizendo que no Brasil de hoje a neta de agricultor do interior do Nordeste já pode sonhar em ser doutora", acrescentou a estudantes sob aplaudos.

E completou: "Em meu nome, de meus colegas e de tantos outros que estão tendo acesso à universidade eu lhe agradeço pela oportunidade".

Balanço

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, apresentou um balanço do programa e afirmou que houve aumento de 33% do número de consultas e redução da necessidade de internações. Atualmente, o programa beneficia 63 milhões de brasileiros em todo o território nacional.

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, destacou a mudança na formação dos médicos brasileiros com a implantação dos Mais Médicos, principalmente no que se refere ao atendimento humanizado. “O médico precisa se transformar em um especialista em gente”, afirmou Janine.

Além disso, de acordo com a pasta, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão prioridade na oferta dessas bolsas “para corrigir o déficit histórico de profissionais nessas regiões”, segundo o Ministério da Saúde. A oferta de vagas faz parte do programa Mais Médicos, que também é voltado para o aumento e melhoria da formação médica.

O objetivo do governo é criar 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina e 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas com foco em áreas prioritárias para o SUS, até 2017.

O ministro da Saúde também lembrou que o governo tem promovido a abertura de cursos, e com isso ampliado o número de vagas nos cursos na área de saúde no interior do Brasil. “Raros são os estados que têm o interior desenvolvido. Raros são os estados afastados do Oceano Atlântico que têm desenvolvimento avançado”, argumentou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/08/2015 - Rede Brasil Atual

Mesmo com grandes lucros, bancos cortam 3 mil empregos no 1º trimestre

Cerca de 3 mil postos de trabalho foram cortados no primeiro trimestre de 2015 no setor bancário, conclui pesquisa realizada pelo Dieese para a Confederação Nacional de Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). "Essa redução (de empregos) torna o balanço negativo", afirma o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio em seu comentário à Rádio Brasil Atual.

Clemente avalia os resultados como contraditórios, já que os bancos tiveram "expressivos resultados" de rentabilidade. "Após um ano de dificuldade econômica, os bancos continuam apresentando resultados favoráveis, mostrando que, diferentemente de outros países, no Brasil, a crise econômica não afeta o setor bancário, que vive com altas taxas de juros, com um comportamento desconectado da própria crise."

A pesquisa do Dieese também mostra dados negativos referentes aos salários. "Temos uma diferença dos salários entre homens e mulheres de 20%. Também há um alto índice de rotatividade no setor, e os salários dos novos contratados são menores do que os dos demitidos."

04/08/2015 - Rede Brasil Atual

MTE localiza 4.210 jovens e adolescentes em trabalhos irregulares

Estado com maior número de casos foi o Rio de Janeiro, com 907 ocorrências, na faixa de 16 e 17 anos

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) identificou no primeiro semestre 4.210 jovens entre 16 e 17 anos realizando trabalhos irregulares. Os problemas relatados vão de informalidade até risco à vida nas atividades exercidas. O ministério contabilizou 1.183 ações em 461 municípios. O estado onde a fiscalização encontrou o maior número de casos foi o Rio de Janeiro, com 907 ocorrências, na faixa de 16 e 17 anos.

O auditor-fiscal do trabalho Alberto de Souza lembra que existe uma legislação sobre o trabalho de jovens aprendizes, com idade a partir de 14 anos. "Nós temos uma demanda de aproximadamente 800 mil adolescentes para atendimento na Lei da Aprendizagem. Entretanto, pela vulnerabilidade desse público, que em geral, estando no trabalho infantil, não teve oportunidade de escolarização, o benefício da capacitação fica prejudicado."

A validade do trabalho exercido pelo menor aprendiz exige anotação da carteira de trabalho, matrícula e frequência na escola e inscrição em programa com a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional.

Nos últimos 12 meses , o MTE realizou 9.470 operações de combate ao trabalho infantil, atingindo 8.194 crianças e adolescentes em todo o país. O estado com mais casos flagrados foi Minas Gerais, com 1.108 ocorrências. O Rio de Janeiro aparece em segundo, com 991 casos, seguido de Pernambuco, com 880.